

Reunião da DORAA do PCP – 11 de Novembro de 2017

Conferência de Imprensa – Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2017

A Direção Regional do PCP Açores (DORAA) esteve reunida no passado fim de semana, em Ponta Delgada, para analisar a situação política e social nacional e regional e definir as principais linhas de intervenção política e as prioridades de trabalho do PCP Açores.

SITUAÇÃO POLITICA NACIONAL

O PCP tem defendido e lutado por um novo modelo de desenvolvimento para o País, com uma mudança de política, uma política alternativa patriótica e de esquerda, que assegure a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Nas eleições legislativas de Outubro de 2015, foi expressa uma vontade de mudança política que deu lugar a uma nova correlação de forças na Assembleia da República, em que os deputados do PSD e do CDS-PP ficaram em minoria, conduzindo à demissão do seu Governo e à constituição de um Governo minoritário do PS. A luta dos trabalhadores, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento do povo e do País, e a intervenção decisiva do PCP, foi e é determinante para a derrota e o afastamento do governo PSD/CDS-PP, para a defesa e reposição de direitos e rendimentos.

Neste quadro, interrompeu-se a brutal ofensiva em curso, criaram-se melhores condições para a defesa dos interesses dos trabalhadores e foi aberto caminho a um rumo de recuperação de rendimentos e direitos, que é necessário ampliar, com vista à criação de emprego de qualidade, ao efectivo combate à precariedade, ao reforço das políticas sociais e dos serviços públicos, universais e de qualidade.

Desde então, registou-se a reposição dos salários na Administração Pública; a redução progressiva da sobretaxa do IRS; o aumento do SMN, embora de forma insuficiente; o aumento das pensões de reforma; a melhoria das prestações sociais e a redução do valor a pagar pelas taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde; a reposição das 35 horas como período normal de trabalho para os trabalhadores em funções públicas; a recuperação dos quatro feriados suprimidos em 2012; a criação de uma prestação extraordinária de apoio aos desempregados, entre outras medidas de alcance social.

Foi o PCP quem abriu as portas a esta solução governativa, foi por proposta do PCP que muitas destas medidas se concretizaram e em apenas dois escassos anos, os indicadores sociais e económicos em Portugal alteraram-se positivamente e demonstram a falência da

Política de Austeridade e a falência das opções políticas e económicas constantes da cartilha do diretório político e financeiro da União Europeia, do Fundo Monetário Internacional e outros.

Valorizamos as medidas tomadas, sem deixar de apontar quer as insuficiências, quer as medidas ainda não concretizadas, nas quais se evidenciam, as relativas à precariedade de emprego e à contratação colectiva.

O PCP continuará a desempenhar o seu papel fundamental e imprescindível, porque assim, impõe-se no prosseguimento e aprofundamento do rumo de reposição de rendimentos e na defesa e conquista de direitos, sendo necessário afrontar os interesses dos grupos económicos e financeiros e os constrangimentos externos e assegurar uma política que invista no sector produtivo, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população e na defesa da soberania nacional.

SITUAÇÃO POLÍTICA REGIONAL

A DORAA do PCP reafirma a necessidade, o compromisso e a prioridade de intervir política e institucionalmente sobre as questões do emprego com direitos, do combate à precariedade laboral, do combate à pobreza e à exclusão social, da valorização salarial, dos rendimentos das famílias, dos complementos regionais da coesão, de justiça e desagravamento fiscal, de dinamização do mercado interno, da fiscalidade e dos serviços públicos de qualidade. Contribuindo, assim, para a revitalização da economia regional, particularmente do seu sector produtivo, e para a diminuição da sua dependência externa.

Lamentamos a rejeição sistemática, pelo partido que suporta o Governo Regional, de propostas do PCP Açores tão relevantes como o aumento do complemento regional ao salário mínimo; o aumento do complemento de pensão, do abono de família e da remuneração complementar; a eliminação das taxas moderadoras; a distribuição gratuita dos manuais escolares tal como já sucede no continente, a redução do preço da electricidade, a redução da taxa mais elevada do IVA, a par de múltiplas obras e medidas necessárias ao desenvolvimento de cada uma das ilhas e da Região no seu conjunto, mostram bem a falta de abertura do PS Açores, a sua cegueira perante os problemas sentidos pelos açorianos e a sua teimosia em persistir em políticas erradas cujos resultados estão hoje à vista de todos.

A análise da DORAA do PCP sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2018 é de que se trata de documentos que dão suporte a uma política de mera continuidade, sem ideias novas, nem inversões nas suas medidas mais gravosas, de cuja aplicação resultará forçosamente o agravamento da situação económica e social dos açorianos. Uma política

que se traduz numa economia anémica e dependente dos apoios públicos diretos, uma taxa real de desemprego e exclusão elevada, como elevada é a precariedade laboral, o trabalho informal e ilegal e os baixos rendimentos do trabalho, bem assim como profundas assimetrias ao desenvolvimento intra-regional.

Infelizmente os indicadores sociais e económicos conhecidos colocam a Região nos lugares da cauda do desenvolvimento, exemplo disso é que somos a Região do País com menor poder de compra per capita, resultado dos erros nas opções políticas e económicas do PS e do seu governo.

Vejamos o caso do desemprego que, segundo as estatísticas oficiais, tem vindo a baixar, o que para o PCP Açores é positivo, mas importa perceber a que se deve esta diminuição na taxa de desemprego nas estatísticas de emprego, onde não são contabilizados os cidadãos desempregados que beneficiam de um programa ocupacional ou estágio e, claro, quem emigrou também deixou de contar, por outro lado muito dos novos contratos são a tempo parcial (precários), importante também ter em contas o aumento das actividades sazonais, mas acima de tudo resulta do impacto positivo na Região das medidas nacionais de devolução de rendimentos e reposição de direitos aos trabalhadores e à população e não das medidas de emprego da Região.

Vejamos agora a pobreza e a taxa de risco de pobreza e exclusão social que são, como se sabe, das mais elevadas do País e o governo do PS Açores não tem como negá-lo. Mas nega qualquer solução que combata as causas que lhe estão na origem e que estão devidamente identificadas em diferentes estudos.

Os baixos rendimentos do trabalho e a qualidade do trabalho são as principais causas da pobreza nos Açores, não são únicas. A baixa formação académica e profissional da população, tal como os baixos rendimentos e a elevada precariedade, contribuem também para que um alargado segmento da população açoriana se perpetue num ciclo de pobreza sem fim, ou em elevado risco de passar abaixo do limiar da pobreza, sobretudo as crianças, jovens e idosos.

Para a DORAA do PCP o Plano e Orçamento para 2018 deve ter como principais preocupações a coesão, os rendimentos do trabalho, a saúde, a educação, a economia regional, o mercado interno, a pobreza, a exclusão, as dependências, os transportes marítimos, aéreos e terrestres, as dificuldades na pesca e na agricultura, as dificuldades na indústria transformadora, a necessária diversificação e aumento da produção regional, a formação profissional de ativos, os impactos ambientais, as políticas de gestão de resíduos.



Partido Comunista Português

Organização da Região Autónoma dos Açores

Este é o compromisso da DORAA do PCP contribuir para melhorar a vida dos açorianos, aliviar as suas dificuldades, como rumo prioritário para reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores.

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2017

A DORAA do PCP